



ENTIDADE REGULADORA
PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL

Deliberação

ERC/2024/457 (SOND-CR)

**Pedido de credenciação para a realização de sondagens da
Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao
Desenvolvimento Regional, S.A.**

Lisboa
18 de setembro de 2024

Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social

Deliberação ERC/2024/457 (SOND-CR)

Assunto: Pedido de credenciação para a realização de sondagens da Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A.

I. Enquadramento

1. Deu entrada na ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social, no dia 14 de agosto de 2024, uma solicitação de acreditação para a realização de sondagens de opinião por parte da Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 10/2000, de 21 de junho (Lei das Sondagens), e do ponto 5.º da Portaria n.º 118/2001, de 23 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 731/2001, de 17 de julho, aplicável por remissão do n.º 5 do artigo 3.º da referida lei.
2. A Norma-Açores foi constituída por escritura pública de 29 de dezembro de 1984, no Cartório de Ponta Delgada, e registada a 8 de maio de 1985, na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, com o NIPC n.º 512017271.
3. A empresa tem a sua sede em Ponta Delgada, na Ilha de São Miguel nos Açores, e tem no seu objeto social, entre outros, a prestação de serviços na área dos «estudos de mercado e sondagens de opinião».
4. O responsável técnico nomeado pela Norma-Açores é Ana Carolina Gomes Alves.
5. Anexo ao Requerimento, foi remetido o conjunto de elementos exigidos pelos pontos 2.º e 3.º da Portaria supra, não se identificando impedimentos à credenciação da Norma-Açores para a realização de sondagens de opinião, nos termos do regime legal vigente.

II. Deliberação

O Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação Social delibera deferir o pedido de credenciação da Norma-Açores, Sociedade de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Regional, S.A., nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 10/2000, de 21 de junho, conjugado com o ponto 5.º da Portaria n.º 118/2001, de 23 de fevereiro, alterada pela Portaria n.º 731/2001, de 17 de julho.

De acordo com o Regime de Taxas da ERC constante do Decreto-Lei n.º 103/2006, de 7 de junho, na redação imposta pelo Decreto-Lei n.º 70/2009, de 31 de março, a credenciação de entidades habilitadas à realização de sondagens determina o pagamento de taxa por serviços prestados, fixada em 0,6 unidades de conta, conforme o previsto no artigo 8.º, n.º 2, alínea h) e no Anexo III ao referido diploma (cfr. verba 13).

Lisboa, 18 de setembro de 2024

O Conselho Regulador,

Helena Sousa

Pedro Correia Gonçalves

Telmo Gonçalves

Carla Martins

Rita Rola